


Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho
Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

001 Aos vinte e quatro (24) dias do mês de janeiro do ano de mil novecen
002 tos e oitenta e seis (1986), no Auditório do Palácio do Itamaraty ,
003 foi aberta por Dr. Paulo Nogueira-Neto, designado presidente desta
004 Reunião por ato do Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambien
005 te, a 7ª Reunião Ordinária do CONAMA. Na mesma ocasião, Dr. Paulo
006 Nogueira-Neto designou para substituí-lo na Secretaria Executiva, o
007 Dr. José Edson Perpétuo, Secretário-Adjunto de Ciência e Tecnologia
008 da Secretaria Especial do Meio Ambiente. Compareceram os seguintes mem
009 bros titulares e suplentes: Dr. José Edson Perpétuo, Secretário Exe
010 cutivo do CONAMA ; do Ministério das Relações Exteriores, Ministro
011 Gilberto Vergne Sabóia; do Ministério dos Transportes, Dr. Laury Pe
012 reira Barcellos, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Trans
013 portes e suplente, Dr. Jorge Otávio de Carvalho Armando; do Ministé
014 rio da Agricultura, Dr. Fuad Alzuguir, suplente do Superintendente do
015 Desenvolvimento da Pesca, Dr. Oswaldo Hugo Montenegro Riedel, suplen
016 te do Presidente do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal;
017 do Ministério da Saúde, Dr. Luiz Felipe Moreira Lima, Secretário Na
018 cional de Vigilância Sanitária; Dr. Sadi Coutinho Filho, suplente do
019 Presidente da Fundação Serviços de Saúde Pública; do Ministério da
020 Indústria e do Comércio, Dr. Clóvis Walter Rodrigues, suplente do Se
021 cretário Executivo do Conselho Nacional do Alcool; do Ministério das
022 Minas e Energia, Dr. Goki Tsuzuki, suplente do Diretor Geral do De
023 partamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; Dr. Antonio Carlos
024 Tatiz Holtz, suplente do Presidente das Centrais Elétricas Brasilei
025 ras; Drª Anamélia Habib Mendonça, suplente do Presidente da Comissão
026 Nacional de Energia Nuclear; do Ministério da Reforma e Desenvolvi
027 mento Agrário, Dr. George William Prescott, suplente do Presidente do
028 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; do Patrimônio His
029 tórico Artístico Nacional, Drª Briane Elizabeth Bicca, suplente do
030 Secretário do Patrimônio; do Ministério do Interior, Drª Lysia Maria
031 Cavalcante Bernardes; do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio
032 Ambiente, Dr. Gervásio Cardoso de Oliveira Filho, Secretário execu



033 tivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano; Dr. Jefferson de
034 Almeida, suplente do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras
035 e Saneamento; do Ministério da Fazenda, Dr. Elyeser de Souza Caval
036 cante; do Governo do Estado da Bahia, Dr. Ivan Barreto de Carvalho
037 Filho; do Governo do Estado de Minas Gerais, Dr. Roberto Messias Fran
038 co; do Governo do Estado do Mato Grosso, Dr. Paulo dos Santos Leite; do
039 Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Dr. João Pedro Cuthi Dias; do Governo
040 do Estado do Rio Grande do Norte, Dr.ª Délia Maria dos Santos Fernandes; do Gover
041 no do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Alfredo Salomão; do Governo do Estado
042 de São Paulo, Dr. José Pedro de Oliveira Costa; do Governo do Estado de Goiás, Dr.
043 Antonio Garcia; do Governo do Estado do Ceará, Dr. Antonio Renato Lima Aragão; ;
044 da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Dr. José
045 Calixto Ramos; da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Am
046 biental, Dr. Luiz Gonzaga de Souza Fagundes; da Fundação Brasileira
047 para a Conservação da Natureza, Dr. Ibsen de Gusmão Câmara; da Assoc
048 iação de Defesa e Educação Ambiental do Paraná, Dr. Roberto Ribas
049 Lange; da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, Dr. Paulo
050 Affonso Leme Machado; da Fundação Roberto Marinho, Dr. Rogério Mari
051 nho; da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Augusto Fre
052 derico Muller Júnior; da Federação das Associações Fluminense de De
053 fesa Geográfica de Defesa do Meio Ambiente, Dr. Marcelo de Ipanema.
054 Após verificado o "quorum", o Presidente deu início aos trabalhos,
055 colocando em discussão e votando a ata da 6ª Reunião Ordinária. Não
056 havendo nenhuma manifestação por parte dos Conselheiros, a mesma foi
057 votada e aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente solici
058 tou aos Conselheiros que se inscrevessem à mesa para usar da pala
059 vra sobre os assuntos em pauta. A seguir, o Presidente passou à Or
060 dem do Dia, colocando em votação o calendário das Reuniões Plenárias
061 para o ano de 1986. O mesmo foi aprovado, ressalvada a última data
062 que passou do dia 18.12.86 para o dia 03.12.86. A seguir, o Presi
063 dente colocou em votação as duas Proposições da 3ª Reunião Extraor
064 dinária: Proposição nº 07/85, que solicita a revogação do Decreto-Lei
065 nº 1413 de 14 de agosto de 1975, e dos Decretos nºs 76.389, de 03 de
066 outubro de 1985 e 81.107, de 22 de dezembro de 1977. Esta Proposição
067 foi aprovada como manifestação pela maioria dos conselheiros presen
068 tes, revogando também os artigos 15 e 16 da Lei 6.938/81. Em segui
069 da, o Presidente submeteu aos conselheiros, a Proposição nº 13/85, que
070 prorroga por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo inicialmente con
071 cedido ao DNOS pela RESOLUÇÃO/CONAMA/Nº 12, de 27 de setembro de



072 1984. Esta Proposição foi aprovada pela maioria dos Conselheiros pre
073 sentes, com uma ressalva: de que o prazo concedido ao DNOS fosse de
074 270 (duzentos e setenta) dias. Prosseguindo, o Presidente do CONAMA
075 fez uma breve explanação sobre a Resolução nº 05/85, que determina
076 que o transporte de pentaclorofenol e de pentaclorofenato de sódio
077 sejam objeto de licenciamento prévio por órgão estadual competente, in
078 tegrante do SISNAMA, ou da SEMA em caráter supletivo, sem prejuízo
079 de outras licenças exigíveis. O Conselheiro representante do Minis
080 tério dos Transportes, Dr. Laury Pereira Barcellos, pediu "vistas" da
081 matéria em questão. Em seguida, o Presidente do CONAMA submeteu aos
082 Conselheiros, a Proposição nº 14/85, a qual solicita ao Excelentíssi
083 mo Senhor Presidente da República o envio ao Congresso Nacional de
084 Projeto de Lei sobre Reservas Ecológicas. O representante da Funda
085 ção Brasileira para a Conservação da Natureza, Dr. Ibsen de Gusmão Câ
086 mara, pediu "vistas" dessa matéria. Dando prosseguimento, foi apre
087 ciada a Proposição nº 15/85, que determina a criação de uma Comissão
088 Especial com o objetivo de analisar e discutir o Projeto de Lei que
089 dispõe sobre o gerenciamento costeiro. O Presidente colocou em vota
090 ção a Proposição sendo a mesma aprovada com a inclusão de represen
091 tantes das seguintes entidades: Comissão Interministerial para os Re
092 cursos do Mar; Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca; So
093 ciedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente; Fundação Brasileira
094 para a Conservação da Natureza e Governo do Estado do Rio Grande do
095 Norte. A seguir, passou-se à apreciação da Proposição nº 16/85, que
096 determina a criação de uma Comissão Especial com o objetivo de propi
097 ciar a compatibilização das atividades de preservação ambiental do
098 Programa POLONOROESTE com as diretrizes da Política Nacional do Meio
099 Ambiente. O Presidente do CONAMA encaminhou à votação essa Proposi
100 ção com uma emenda, na qual o Departamento Nacional de Produção Mine
101 ral solicita sua inclusão na referida Comissão. Essa Proposição foi
102 aprovada pela maioria dos membros presentes. Em seguida, passou-se à
103 apreciação da proposição nº 17/85, que aprova os modelos de publica
104 ção de pedidos de licenciamento, de renovação, de concessão e de pu
105 blicação de licenças. A referida Proposição foi apresentada com uma
106 ressalva, da Secretaria Executiva, para que nos itens 7 e 8 dos mode
107 los, onde se lê "prorrogação" leia-se "renovação", justificando a in
108 conveniência do emprego da palavra "prorrogação" para esses casos ;
109 além disso foi encaminhada à mesa, uma emenda da Sociedade Brasilei
110 ra de Direito do Meio Ambiente, para que se acrescente nos modelos
111 números 1 e 2 da Proposição acima mencionada, os dizeres: " foi de

112 terminado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estu
113 do de impacto ambiental". A seguir, o Presidente do CONAMA colocou
114 em votação, sendo ambas, Proposição e emenda, aprovadas. Dando pros
115 seguimento, foram abertos os debates em torno da Proposição nº 18/85,
116 a qual determina a criação de uma Comissão Especial com o objetivo de
117 elaborar proposta de implementação de um Plano Nacional de Proteção
118 do Patrimônio Espeleológico. O Presidente encaminhou à votação essa
119 Proposição, sendo a mesma aprovada por unanimidade e composta pelos
120 Representantes das seguintes entidades: Sociedade Brasileira de Es
121 peleologia; Secretaria Especial do Meio Ambiente; Instituto Brasilei
122 ro de Desenvolvimento Florestal; Governo do Estado de Minas Gerais ;
123 Departamento Nacional de Produção Mineral, Instituto do Patrimônio His
124 tórico e Artístico Nacional; Sociedade Brasileira de Paleontologia e
125 Sociedade Brasileira de Geologia. Em seguida, passou-se aos debates
126 em torno da Proposição nº 19/85, que cria Comissões Especiais para
127 estudar problemas ambientais relacionados com: Indústria de Papel e
128 Celulose; Carboquímicas, Cloroquímicas e Mineração; Automobilística;
129 Utilização de Amianto ou Asbestos; Resíduos Sólidos Perigosos, Polui
130 ção Marítima e Degradação Costeira; Poluição Sonora; Produtos Tóxi
131 cos em Geral; Proteção de Ecossistemas Naturais; Recursos Hídricos
132 (Portaria GM-13); Biocidas e Proteção dos Ecossistemas Antrópicos
133 contra a degradação. Atendendo ao Conselheiro José Pedro de Oliviera
134 Costa, Representante do Governo de São Paulo, o qual salientou da
135 falta de tempo para maiores debates e sendo esta Proposição extensa;
136 foi posta, pelo Presidente, em discussão e posterior votação apenas
137 a criação de uma Comissão Especial para estudar os problemas ambien
138 tais relacionados com a utilização de Amianto ou Asbestos, por enten
139 der ser esta da maior urgência. A referida Proposição foi aprovada
140 pela maioria dos membros presentes e será constituída por Represen
141 tantes das seguintes entidades: Departamento Nacional de Produção
142 Mineral; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Associa
143 ção Brasileira do Amianto; Faculdade de Saúde Pública-SP; Fundação
144 Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDA
145 CENTRO; Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental; Associação
146 Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural; Secretaria Especial do Meio
148 Ambiente e Ministério do Trabalho. Dando prosseguimento aos traba
149 lhos, o Presidente do CONAMA fez uma breve explanação sobre a Propo
150 sição nº 20/85, que regulamenta os limites máximos de emissão de po

151 luentes do ar, provenientes de motores e veículos automotores novos
152 dos ciclos Otto e Diesel, salientando que a referida Proposição foi
153 apresentada pelo Governo do Estado de São Paulo e elaborada por téc
154 nicos da CETESB. A seguir, usando da palavra, o Conselheiro Suplen
155 te Representante do Ministério da Indústria e do Comércio pediu "vis
156 tas" desta Proposição para maiores estudos e apreciações. Após a
157 apreciação de todas as proposições constantes da pauta, o Presidente
158 colocou em discussão as Manifestações constantes nos Assuntos de Or
159 dem Geral, a saber: Manifestação que solicita ao Excelentíssimo Se
160 nhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente,
161 Dr. Flávio Peixoto da Silveira, no sentido de que Vossa Excelência
162 faça constar na sigla de sua pasta as iniciais do termo Meio Ambien
163 te; Manifestação que recomenda ao DNPM que não autorize pesquisa ou
164 lavra na Região do Parque Marumbi, na Serra do Mar, no Estado do
165 Paraná; Manifestação que louva a participação do Ministério das Re
166 lações Exteriores - Itamaraty na XXXVII Reunião Anual da Comissão In
167 ternacional da Baleia, que resultou no Decreto nº 92.185, de 20 de
168 dezembro de 1985, que proíbe as atividades de caça comercial da ba
169 leia no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 1986, por um período de
170 5 anos, ressaltando-se a unanimidade do plenário no sentido de que
171 fossem proibidas capturas de quaisquer natureza e de quaisquer espé
172 cies de baleias no litoral brasileiro; Manifestação que recomenda ao
173 Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Am
174 biente que se atribuam à SEMA os recursos financeiros necessários pa
175 ra viabilizar a implantação das Áreas de Proteção Ambiental já exis
176 tentes; Manifestação de preocupação com o reassentamento de sem-ter
177 ras às margens do Lago de Itaipú e recomendação de proteção desta
178 área pelos órgãos responsáveis; Manifestação a favor da suspensão de
179 novas concessões de alvarás de pesquisa e lavra mineral por parte do
180 DNPM e suspensão de novas autorizações de desmatamento por parte do
181 IBDF, em toda a extensão da Serra do Mar, até o término dos traba
182 lhos da Comissão Pró-proteção da Serra do Mar; Manifestação em cará
183 ter de urgência para que seja recomendado ao Excelentíssimo Senhor
184 Presidente da República, a declaração imediata da totalidade da área
185 da Ilha Grande situada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro co
186 mo Área de Proteção Ambiental; Manifestação de preocupação dirigida
187 ao Governo Federal, ao Governo do Estado de São Paulo e as Prefeitu
188 ras envolvidas no sentido de que sejam envidados esforços e alocados
189 recursos para que a área de 24600 ha, situada no litoral paulista,



190 nos municípios de Iguape e Peruibe, correspondente à Estação Ecoló
191 gica da Juréia, seja totalmente preservada; Manifestação de aplauso
192 à decisão anunciada pelo Senhor Governador do Estado de São Paulo
193 de criar uma Secretaria específica para o Meio Ambiente; Manifesta
194 ção de preocupação em razão do impacto ambiental e social da ques
195 tão dominial que poderá causar no litoral paranaense, a construção
196 da BR 101; Manifestação que recomenda aos órgãos responsáveis pelo
197 Projeto de Engenharia de Construção da BR 101, trecho de Garuva (SC)
198 à BR 277 (Curitiba-Paranaguá), a obrigatoriedade da elaboração de
199 estudos prévios de impacto ambiental, de suas alternativas e da ado
200 ção de medidas preventivas aos aspectos negativos. Em seguida, pas
201 sou-se a votação das mesmas, as quais foram todas aprovadas pela
202 maioria dos membros presentes. Manifestação no sentido de que sejam
203 revogados os artigos 15 e 16 da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981,
204 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. A seguir, o
205 Presidente, Dr. Paulo Nogueira-Neto, tomou a palavra e deu por en
206 cerrada a Reunião, da qual lavrou-se, de forma sucinta, a presente
207 Ata, que vai por mim assinada, Secretário Executivo do Conselho Na
208 cional do Meio Ambiente-CONAMA

